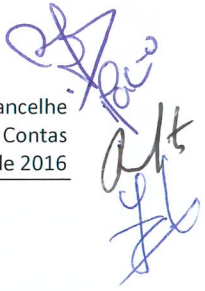
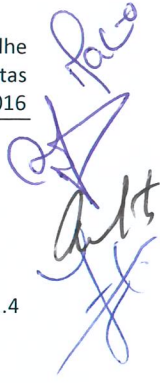


Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Rafael" or similar.

**Relatório de Gestão e Contas
31 de Dezembro de 2016**



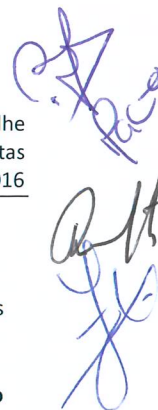


Índice

Relatório de Gestão	4
Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016	
• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2016.....	7
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2016.....	8
• Demonstração Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2016	9
• Anexo:	
1. Identificação da Identidade	10
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	10
3. Principais políticas contabilísticas	10
4. Activos fixos tangíveis	13
5. Estado e Outros entes públicos	14
6. Outras contas a receber e a pagar	14
7. Outras variações no capital próprio.....	14
8. Financiamentos obtidos.....	15
9. Vendas e Serviços Prestados.....	15
10. Subsídios, doações e legados à exploração	15
11. Fornecimentos e serviços externos	15
12. Gastos com pessoal	16
13. Compromissos	16
14. Eventos subsequentes	16
15. Informações exigidas por diplomas legais	16



Relatório
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016



Relatório de Gestão

Exercício de 2016

A Direção vem, apresentar o Relatório de Gestão respeitante ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, referindo os aspectos mais relevantes:

- **Situação Financeira da Instituição**

O Balanço da empresa apresenta passivos no valor de 2.246.495 euros para um activo total de 3.200.680 euros.

- **Evolução da Instituição**

A Instituição manteve em funcionamento as valências do exercício anterior, tendo efectuado alguns ajustamentos com vista à optimização de resultados. Ao nível do serviço da dívida, a Instituição reestruturou a mesma tendo agregado todos os financiamentos existentes apenas num.

O resultado líquido foi de 160.872,80 euros negativos.

- **Evolução Previsível da Instituição**

A Direção espera que o ano de 2017 venha confirmar esta tendência de diminuição de prejuízos verificados nestes últimos exercícios. Para tal irá continuar a implementar as medidas que se venham a mostrar necessárias com vista a

melhorar os serviços prestados e a otimizar todos os recursos disponíveis.

- **Acontecimentos relevantes após termo do exercício**

Não se verificaram situações relevantes com implicação nas contas de 2016 ou na continuidade da Instituição

- **Proposta para Aplicação de Resultados**

Propomos que resultado líquido apurado seja aplicado em resultados transitados.

- **Outras Informações**

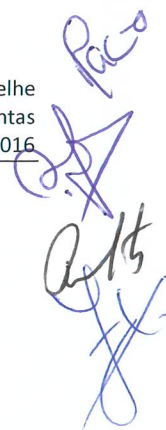
Declaramos que:

A Instituição não tem dívidas em mora ao estado e outros entes públicos;

A Instituição não tem dívidas em mora à Segurança Social.

Sernancelhe 01 de Março de 2017

A Direcção



Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

Balanço - (modelo para ESNL) em 31-12-2016
(montantes em euros)

Santa Casa da Misericórdia de Sernancelhe

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		2.891.844,80	2.987.365,70
Ativos fixos intangíveis			269,08
Investimentos financeiros		1005,00	5,00
		2.892.849,80	2.987.639,78
Ativo corrente			
Inventários		20.360,52	1.771,95
Clientes		151.907,75	157.629,00
Estado e outros entes públicos		1.017,75	2.311,57
Outras contas a receber		28.757,99	51.225,60
Diferimentos		0,00	2.834,31
Outros ativos correntes		0,00	4.240,98
Caixa e depósitos bancários		105.787,18	33.812,71
		307.831,19	253.826,12
Total do ativo		3.200.680,99	3.241.465,90
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		100.203,36	100.203,36
Resultados transitados		160.358,96	346.779,22
Outras variações de fundos patrimoniais		854.496,33	872.681,52
Resultado líquido do período		(160.872,80)	(196.898,38)
Total do fundo de capital		954.185,85	1.122.765,72
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		1.835.000,00	1.525.826,07
		1.835.000,00	1.525.826,07
Passivo corrente			
Fornecedores		173.374,76	145.989,94
Adiantamento de clientes		125,56	65,04
Estado e outros entes públicos		28.202,77	21.332,70
Financiamentos obtidos		55.500,00	96.000,00
Diferimentos		44.748,70	20.707,84
Outras contas a pagar		109.543,35	308.778,59
		411.495,14	592.874,11
Total do passivo		2.246.495,14	2.118.700,18
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.200.680,99	3.241.465,90

**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL)
do período findo em 31-12-2016**

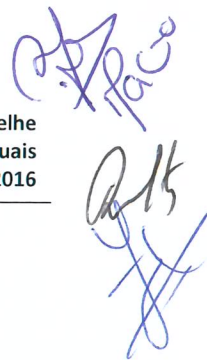
Santa Casa da Misericórdia de Sernancelhe

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados		470.940,97	414.762,18
Subsídios, doações e legados à exploração		1.068.756,46	751.783,18
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(272.073,23)	(190.561,48)
Fornecimentos e serviços externos		(307.581,52)	(230.286,07)
Gastos com o pessoal		(985.448,73)	(761.672,61)
Outros rendimentos		59.704,95	24.472,52
Outros gastos		(9.452,99)	(2.175,24)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		24.845,91	6.322,48
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(107.138,16)	(106.124,24)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(82.292,25)	(99.801,76)
Juros e rendimentos similares obtidos		101,76	130,25
Juros e gastos similares suportados		(78.682,31)	(97.226,87)
Resultado antes de impostos		(160.872,80)	(196.898,38)
Resultado líquido do período		(160.872,80)	(196.898,38)

Demonstração dos Fluxos de Caixa
do período findo em 31-12-2015
(montantes em euros)

Santa Casa da Misericórdia de
Sernancelhe

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimento de Clientes e utentes		1.014.568,24	507.663,16
Pagamentos a Fornecedores		(494.376,79)	(292.278,11)
Pagamentos ao Pessoal		(717.203,62)	(465.139,05)
Caixa gerada pelas operações		(197.012,17)	(249.754,00)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	44,42
Outros recebimentos/pagamentos		314.466,75	238.879,49
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		117.454,58	-10.830,09
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares			28,35
Subsídios ao investimento			181.126,14
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(217.276,74)	(597.996,82)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-217.276,74	-416.842,33
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.831.878,47	536.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1.301.575,10)	(179.034,48)
Juros e gastos similares		(358.506,74)	(64.613,10)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		171.796,63	292.352,42
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		71.974,47	-135.320,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		33.812,71	169.132,71
Caixa e seus equivalentes no fim do período		105.787,18	33.812,71



SCM Sernancelhe

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

(Valores expressos em euros)

1. Identificação da Identidade

A Santa Casa da Misericórdia de Sernancelhe, pessoa colectiva número 500988650, é uma IPSS com estatuto de utilidade pública reconhecido e publicado, com sede na Rua do Penedo, Concelho de Sernancelhe, Distrito de Viseu.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1) Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o normativo contabilístico aplicável às entidades sem fins lucrativos (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2012 de 9 de Março de 2012, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

2.2) Indicação e justificação das disposições do SNC que em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Santa Casa da Misericórdia de Sernancelhe na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as seguintes bases de apresentação: pressuposto da continuidade, pressuposto do acréscimo, consistência de apresentação, materialidade e agregação, compensação e informação comparativa.

3.2. Políticas de mensuração e reconhecimento

3.2.1. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os activos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	4 - 8
Ferramentas e utensílios	4 - 8
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros activos fixos tangíveis	2 - 8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os activos fixos tangíveis são depreciados em *quotas anuais* durante as vidas úteis estimadas.

3.2.2. Activos e Passivos Financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os activos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor recuperável, é registado uma perda por imparidade pela respectiva diferença.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.3. Rédito

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Entidade, líquido de Impostos, abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este possa ser razoavelmente mensurável e seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiávelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

3.2.4. Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações/amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.5. Provisões

À data de relato financeiro dos períodos, a entidade não apresentava quaisquer obrigações presentes legais ou construtivas resultantes de acontecimentos passados, para as quais devesse reconhecer provisões nas suas demonstrações financeiras ou divulgadas neste anexo.

3.2.6. Impostos sobre Rendimento

A Entidade encontra-se abrangida por uma isenção subjetiva, no âmbito do artº 10º do CIRC, ainda assim as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos.

3.2.7. Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.2.8. Associados

As dívidas dos associados são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', de modo a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

3.2.9. Periodizações

Os seus rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Outras contas a receber e a pagar" e em "Diferimentos"

3.2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa e depósitos bancários imediatamente realizáveis. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.3. Principais estimativas e suas fontes de incerteza

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período, nomeadamente os relativos aos activos fixos tangíveis (vidas úteis e método de depreciação) e eventuais perdas por imparidade de créditos sobre terceiros.

4. Fluxos de Caixa

Desagregação dos valores inscritos na rubrica caixa e depósitos bancários

Nota 22 - Caixa e depósitos bancários

	<u>31.Dez.16</u>	<u>31.Dez.15</u>
Caixa	660	587
Depósitos à ordem	105.127	33.226
Depósitos à prazo (i)	-	-
	<u><u>105.787</u></u>	<u><u>33.813</u></u>

4. **Activos fixos tangíveis**

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

Nota 4 - Activos fixos tangíveis

	31 de Dezembro de 2016					Saldo em 31.dez.16
	Saldo em 01.jan.16	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	
Ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	3.629	-	-	-	-	3.629
Edifícios e outras construções	2.916.249	4.516	-	-	-	2.920.765
Equipamento básico	519.535	5.352	-	-	-	524.887
Equipamento de transporte	185.298	-	-	-	-	185.298
Equipamento administrativo	77.770	942	-	-	-	78.712
Outros activos fixos tangíveis	41.802	-	-	-	-	41.802
Investimentos em curso	55.786	-	-	-	-	55.486
	<u><u>3.800.069</u></u>	<u><u>10.810</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>3.810.580</u></u>
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	594	-	-	-	-	594
Edifícios e outras construções	255.417	55.271	-	-	-	310.688
Equipamento básico	302.285	43.173	-	-	-	345.458
Equipamento de transporte	179.777	-	-	-	-	179.777
Equipamento administrativo	49.865	8.425	-	-	-	57.451
Outros activos fixos tangíveis	24.768	-	-	-	-	24.768
	<u><u>812.706</u></u>	<u><u>106.868</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>918.734</u></u>
Activo tangível líquido	<u><u>2.987.363</u></u>	<u><u>881.509</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>2.891.845</u></u>

5. Estado e Outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica “Estado e outros entes públicos” tinha a seguinte composição:

	<u>31.Dez.16</u>	<u>31.Dez.15</u>
Activo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.018	2.312
	<u>1.018</u>	<u>2.312</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	8.388	3.568
Segurança Social	19.815	17.765
	<u>28.203</u>	<u>21.333</u>

6. Outras contas a receber e a pagar

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica “Outras contas a receber e a pagar ” tinham a seguinte composição:

Nota 17 - Outras contas a receber

	<u>31.Dez.16</u>		<u>31.Dez.15</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
	-			
IEFP	-	25.457	-	50.597
ARS Norte	-	-	-	-
Outros	-	3.301	-	628
	-	<u>28.758</u>	-	<u>51.225</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>28.758</u>	<u>-</u>	<u>51.225</u>

Nota 31 - Outras contas a pagar

	<u>31.Dez.16</u>		<u>31.Dez.15</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores de investimentos	-	7.220	-	218.857
Remunerações a liquidar	-	86.552	-	82.279
Outros credores	-	15.771	-	7.643
	<u>-</u>	<u>109.544</u>	<u>-</u>	<u>308.778</u>

7. Outras variações no fundos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Nota 28 - Outras variações nos fundos patrimoniais

	<u>31.Dez16</u>	<u>31.Dez.15</u>
Subsídios relacionados com activos	854.496	872.682
	<u>854.496</u>	<u>872.682</u>

8. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Nota 30 - Financiamentos obtidos

	31.Dez.16		31.Dez.15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	1.485.000	55.500	1.175.826	96.000
Descobertos bancários	-	-	-	-
Outros	350.000	-	350.000	-
	<u>1.835.000</u>	<u>55.500</u>	<u>1.525.826</u>	<u>96.000</u>

9. Vendas e Serviços Prestados

Nos períodos de 2016 e de 2015 a Instituição reconheceu rendimentos decorrentes das seguintes prestações de serviços:

	31.Dez.16			31.Dez.15		
	Utentes	Outros	Total	Utentes	Outros	Total
Quotas/mensalidades utentes	460.066	-	460.066	391.552	-	391.552
Quotizações e jóias	-	2.620	2.620	-	7.620	7.620
Serviços Secundários	8.255	-	8.255	15.575	-	15.575
Outros	-	-	-	-	15	15
	<u>468.321</u>	<u>2.620</u>	<u>470.941</u>	<u>407.127</u>	<u>7.635</u>	<u>414.762</u>

10. Subsídios, doações e legados à exploração

Nos períodos de 2016 e de 2015 a Entidade reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes apoios:

Nota 36 - Subsídios

	31.Dez.16	31.Dez.15
Instituto Segurança Social IP	625.000	535.598
IEFP	53.548	66.070
ARS	296.130	143.304
Outros subsídios e donativos	94.078	6.812
	<u>1.068.756</u>	<u>751.784</u>

11. Fornecimentos e serviços externos

A entidade apresenta de seguida o detalhe dos FSE suportados durante os anos de 2016 e 2015:

	31.Dez.16	31.Dez.15
Serviços especializados	132.295	82.289
Materiais	15.294	12.229
Energia e fluídos	117.325	95.490
Deslocações, estadas e transportes	323	869
Serviços diversos (*)	42.344	39.409
Rendas e Alugueres	3.673	19.509
Comunicação	4.131	3.695
Seguros	5.924	6.277
Outros serviços	18.733	9.356
	<u>307.581</u>	<u>230.286</u>

12. Gastos com pessoal

Apresentamos de seguida apenas o detalhe dos Gastos com Pessoal mais relevante incorridos durante o ano de 2016 e 2015
O número médio de trabalhadores ao longo de 2016 foi de 84.

Nota 42 - Gastos com o pessoal

	<u>31.Dez.16</u>	<u>31.Dez.15</u>
Remunerações do pessoal	806.016	623.359
Indemnizações	636	-
Encargos sobre remunerações	170.205	128.302
Seguros	7.334	7.552
Outros gastos com pessoal	1.257	2.460
	<u>985.448</u>	<u>761.673</u>

13. Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2016, a Direcção da Santa Casa da Misericórdia de Sernancelhe não conhece a existência de outros compromissos para lá dos expressos nas presentes demonstrações financeiras.

14. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

15. Informações exigidas por diplomas legais

A Direcção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, assim como a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.